

Educação ambiental e processo civilizador: comportamento ambiental (apontamentos)

Environmental education and the civilizing process: notes on environmental behavior

Roberto Marin Viestel*

Resumo

O texto trata daquilo que defendemos como comportamento ambiental, ou seja, uma relação que se dá entre indivíduos biologicamente constituídos e socialmente compartilhando formas de se relacionar com o meio físico, por uma questão de sobrevivência e de representação simbólica de formas de interpretar o ambiente, bem como de suas configurações sociais.

Palavras-chave: Comportamento ambiental. Termos ambientais. Educação ambiental civilizadora.

Abstract

The text deals with what is defended as environmental behavior, in other words, a relationship that occurs among individuals biologically constituted and socially sharing forms of relating with the physical environment. This is due to the need of survival and symbolic representation in the ways of interpreting environment, as well as of their social configurations.

Key words: Environmental behavior. Environmental terms. Environmental education with civilizing purposes.

Introdução

O presente texto é a continuação de uma reflexão defendida como tese de mestrado na Universidade Metodista de Piracicaba, sob orientação do Professor Doutor Ademir Gebara, intitulada “*Educação Ambiental e Processo Civilizador: Reflexões Observadas na Estação Ecológica Tripuí – Ouro Preto – MG*”, e tem como objetivo ser o prolongamento dos estudos para o título de doutor. Trata-se da teoria do processo civilizador formulado pelo sociólogo judeu-alemão Norbert Elias, sob a luz do qual adentramos o debate

* Prof. de História (UFOP), Especialista em História do Brasil (UNI-BH), Aperfeiçoamento em Educação Ambiental (UFSJ) e Mestre em Educação (UNIMEP). – Belo Horizonte/MG – Brasil. E-mail: rmarinviestel@yahoo.com.br.

ambiental, revelando o ineditismo de uma visão sem carapaças ideológicas, porém, sem perder de vista a balança de poder no controle das emoções, seja no campo das emoções individuais, seja nas questões institucionais, cujo comportamento é revelador como o “elo” de ligação dos estudos configuracionais, ou seja, como uma possível conexão entre poder e emoções.

Para o desenvolvimento deste paper, utilizamos as seguintes leituras de Elias: *O Processo Civilizador* (1994), *Envolvimento e Distanciamento* (1997) e *A Sociedade dos Indivíduos* (1994), além dos autores Ademir Gebara, John McCormick e Alain Garrigou & Bernard Lacroix. Quanto a Gebara, nos apoiamos no texto “*Norbert Elias e a Teoria do Processo Civilizador: contribuições para a análise e a pesquisa no campo do lazer*” (In: BRUHNS, Heloisa, Org., 2000). Esse é um texto muito esclarecedor, pois apresenta uma visão panorâmica sobre a obra de Elias, destrinchando as relações que modelam o viver em sociedade em configurações móveis, sendo que o poder constitui o elemento fundamental para qualquer configuração.

John McCormick, por sua vez, faz uma análise do surgimento das organizações não governamentais nos países de primeiro mundo, revelando um “modo” de pensar a natureza intrinsecamente vinculada à ideia, segundo nossa interpretação, de uma evolução – quase natural – dos termos ambientais, em que a carga de emoções define e redefine o equilíbrio da natureza em dois momentos distintos, porém contínuos, nos séculos XVIII e XIX, do “equilíbrio da natureza”, ou seja, “equilíbrio” como continuação de algo natural, no sentido de continuidade mesmo (século XVIII) e “equilíbrio” enquanto algo rompido, necessitando de uma proteção. Nesse entendimento ganha força a argumentação de Alain Garrigou & Bernard Lacroix, quando afirma que as motivações sociais são concretizações da vida social e psíquica dos indivíduos, cuja comparação é inevitável no mundo atual, onde o desejo de mudança pode ser um indício de reorientação comportamental, ou, pelo menos, das necessidades práticas do dia a dia, do ponto de vista ambiental – portanto social.

Nossa argumentação se estrutura apresentando, primeiramente, o conceito de processo civilizador como modelo de uma sociedade europeia, propagada pelo mundo ocidental, formando a nossa visão de civilização – ou daquilo que se entende como tal – incorporando costumes e hábitos que ditam verdadeiras regras de comportamento social, sem termos consciência plena disso. Posteriormente, apresentamos a individualização e o processo de interdependência se dando dentro de redes sociais e possibilidades de comportamento, sendo que o comportamento ambiental do indivíduo se apresenta como comportamento social que depende da relação de outros homens, não se constituindo um ethos novo, porém, antes, uma continuidade cega mais ou menos prevista, ou seja, durante o seu processo não totalmente visualizado. Porém, o comportamento ambiental é nada mais, nada menos, que uma interdependência “estendida” de processos históricos vividos por indivíduos que por milhares de anos se ocuparam da natureza

para satisfazer as suas necessidades. O que há de novo – pelo menos de maneira mais contundente – é a técnica apresentada como “acelerador temporal” de processos vividos, dando a sensação de encurtamento do tempo (essa é outra história). Tirando isso, o comportamento ambiental, como extensão de um comportamento social dos homens, se dá com conflitos, e contradições – de manejo e de estruturação psíquica enquanto indivíduo – entre outras coisas, constituindo-se – talvez – um desejo de mudança de comportamento de vida, entretanto, sem perder suas raízes históricas.

Educação Ambiental e Processo Civilizador: Comportamento Ambiental

O conceito de processo civilizador, formulado por Norbert Elias, nos remete à compreensão de que nosso comportamento, nosso modelo de desenvolvimento social, tal qual o processo que nasceu com a sociedade medieval e a unidade da Igreja Católica orientando seus valores, atitudes, comportamentos e costumes de modo inter-relacionados, determinando os costumes considerados ideais de civilização para a formação da sociedade ocidental, a monopolização da violência e do poder na formação dos Estados Europeus, posteriormente e concomitantemente a este processo, analogicamente, também se projeta em relação ao que entendemos como civilização hoje, seja nas formas de comportamentos interiorizados voltados às boas maneiras, seja ao que estamos sentindo e vendo em relação ao comportamento das pessoas para com a natureza. A visão de civilização que estamos acostumados a considerar como algo de que nos apropriamos e que nos chega pronta e acabada, ignorando seu processo histórico civilizador, tem graves implicações para as questões ambientais no que diz respeito às atitudes, valores e concepções do Homem na sua relação com o ambiente. As ações de mudanças e/ou de transformações que fazem parte de configurações socioculturais entre os indivíduos, se definem em termos verticais e horizontais, revelando, em geral, que a problemática ambiental, em qualquer tempo histórico, e, em particular, o objeto do educador ambiental, são complexas, pois na rede de significados, as análises não podem perder de vista o que é específico ao objeto de estudo em seu espaço-temporal e, ao mesmo tempo, o que é comum a todo o processo, uma vez que a questão da dependência é o cerne das ações próprias das condições de interdependências implicadas.

A lembrança de que a cavalaria e a fé romano-latina representa uma fase peculiar da sociedade ocidental, um estágio pelo qual passaram todos os grandes povos do Ocidente, certamente não desapareceu. (ELIAS, 1994, p. 67).

O conceito de *civilité*, segundo Norbert Elias, em “*O Processo Civilizador*” (ELIAS, 1994), nasce com a sociedade cavaleiresca medieval e com a unidade da Igreja Católica, uma vez que os valores, atitudes, comportamentos e costumes são inter-relacionados nos ideais de uma nobreza armada e de uma Igreja culta – pelo menos racionalmente,

em sua forma de orientar o pensamento naquilo que era designado como o ideal de civilização. Os costumes ocidentais vivenciados até ali são os *comportamentos construídos*, entre outras coisas, do que se convencionou chamar “civilização”. A civilização, neste sentido, é a formação social da sociedade de corte e do seu ideal de conduta e vivência na interdependência (cavalaria, aristocracia, burguesia; em uns países com mais rapidez e em outros com menos), específica de um momento histórico em que se está formando o absolutismo europeu e, difundida, ao mundo ocidental. As condutas se revelam em comportamentos “naturalmente” vivenciados, ensinados e aprendidos, entre os indivíduos da Europa Ocidental, posteriormente ligados a outras culturas de diversas partes do mundo; o traço comum a todos eles é estabelecido pelo patamar de delicadeza e ideal de democracia burguesa, bem como de formas de se comportar com padrões nobres, cuja civilidade foi a de pacificar espíritos e estabelecer mecanismos de autocontrole; tudo isso se deu, entretanto, com conflitos e derramamento de sangue (conquistas e alterações físicas ambientais), não sendo incompatíveis para a natureza humana os valores de juízos morais, os comportamentos, o arranjo emocional e os *habitus*, dentro de tensões de poder individuais e dos jogos complexos de instituições e classes (Estados, Igrejas, Família, etc.).

A formação de determinados comportamentos e maneiras de agir em nossa sociedade – reconhecidos ou repugnados em relação às sociedades anteriores – está ligada ao que entendemos por civilização. Alguns comportamentos estão interiorizados sem nos darmos conta. Por exemplo: a maneira de se comportar à mesa, de se sentar, de emitir sons, de “ver” a natureza, entre outras coisas, foram incorporados ao que se chama hoje de civilização. A incorporação de novos hábitos e comportamentos é cobrada e vivenciada, aprendida e ensinada entre os indivíduos, sobretudo, é reproduzida de tal forma que dita verdadeiras regras que passam a ser seguidas por esse conjunto de indivíduos. A maneira de se comportar perante a natureza, também, é transmitida de geração a geração, e as sociedades de proteção, no século XIX, e os encontros ambientais, no século XX, passando por práticas isoladas de indivíduos até grandes reuniões, têm um importante papel nessa escala de desenvolvimento, desencadeando, quase naturalmente, uma chamada educação ambiental, dentro do rol de “educações ambientais”, que comporta esse tipo de formação histórica específica de modelo europeu ocidental, bem como mais uma infinidade de visões e olhares ambientais de tantas outras matrizes históricas.

Existe um “comportamento ambiental” ao longo da história, quer dizer, um traço comum na humanidade que diz respeito ao relacionamento do homem com a natureza. Entendemos que desde o surgimento do primeiro homínide na face da Terra se estabelece um chamado “comportamento ambiental” que, naturalmente, será alterado ao longo da evolução humana, pois é uma relação que se dá entre indivíduos biologicamente constituídos e socialmente compartilhando formas de se relacionar com

o meio físico, por uma questão de sobrevivência física e de representação simbólica de formas de interpretar o ambiente.

A socialização compartilhada de se relacionar com o meio físico se dá, entre outras necessidades, por uma bagagem cultural que é transmitida na interdependência de indivíduos para indivíduos. Essa bagagem cultural dos humanos para transformar o meio ambiente de forma qualitativa é responsável por atitudes comportamentais dos seres. Há uma relação, uma interdependência, entre o indivíduo e o todo, que se expressa, mais ou menos, em uma ordem invisível e em possibilidades de comportamento. Essa interdependência existe dentro de uma rede de dependência, ou seja, onde a pessoa vive, qual a configuração que ela ocupa dentro do contexto dado. Essa interdependência será responsável por determinar, em parte, o comportamento ambiental. Sendo assim, há uma individualidade, um conjunto de diferenciações especiais das funções mentais que cada ser humano adquire ao longo do caminho que traça na rede de relações sociais que é “aplicado” em relação aos vários entendimentos sobre o termo natureza. Isso confere aos seres uma história singular e única, seja compartilhando as mesmas redes, seja não as compartilhando.

A individualização é aqui entendida como um processo, ou seja, não depende apenas da constituição natural do ser, depende, também, da constituição característica da estrutura da sociedade em que ele cresce e vive; seu destino é específico daquela sociedade a que pertence: o processo civilizador. Essa individualização não é estática, pois interage o tempo todo com a rede a que pertence; ela é transformada e transformadora, ou seja, ela passa por reestruturação específica. Essa reestruturação não se dá, metaforicamente, como uma mesa de bilhar, onde as interações são somatórias, ou seja, onde elas apenas se chocam e rolam; ao contrário, ela é mútua: entendemos como interação, pois as pessoas estão continuamente se moldando e ‘remoldando’ umas em relação às outras e, conseqüentemente, em relação à ideia de natureza, é o que Norbert Elias chama de fenômeno reticular. Neste sentido o comportamento ambiental que advogamos é um fenômeno reticular da espécie humana.

As pessoas interagem dentro de uma rede, com funções próprias e determinadas, de acordo com o grau de tensão que ocupam nela; possuem obrigações enquanto fio único e enquanto fio ligado; não significa que são estáticas, pois a rede está em movimento, o que obriga um remodelar independente e dependente da vontade dos indivíduos; diria que há um jogo de diálogo de inter-relações, de contraposições e posições de movimento. Esse remodelar do diálogo se dá no processo sócio-histórico, na transformação da vida em comunidade e da relação com o meio, o que estabelece no indivíduo as suas funções psíquicas. Tais funções – razão, mente, consciência, ego, psique (“alma”; funções relacionais), etc. – são formas particulares de autorregulação, ou seja, das pessoas em relação às outras pessoas e em relação às coisas (à natureza) e em relação a si mesmas (natureza humana).

O ser humano não é simplesmente um continente fechado, com vários compartimentos e órgãos, um ser que, para começo de conversa, em sua organização natural, nada tem a ver com outras coisas e seres, mas é organizado, por natureza, como parte de um mundo maior”. (...) “... ele (o ser humano) é feito de maneira a poder e necessitar estabelecer relações com outras pessoas e coisas. (ELIAS, 1994, p. 37) (Grifo nosso)

O comportamento ambiental do indivíduo é um comportamento social que depende da relação de outros homens, assim, tem a capacidade de transformar e de se adaptar em relação aos outros homens, é maleável (esta é uma peculiaridade do ser). É precisamente essa qualidade que o distingue dos animais. Essa maleabilidade é moldada e comprometida pela dependência que os homens têm entre si, pois a história é a história de uma sociedade de indivíduos, de pessoas vivas para pessoas vivas. É engraçado pensarmos que estamos falando de ‘pessoas vivas’, mas o fato é que, na maioria das vezes, aplicamos o termo história como se ela fosse inanimada, “supranatural” ou qualquer coisa dessa espécie, “descolada” dos homens de carne e osso. Um século de materialismo ‘coisificou’ a história e retirou os seres vivos de suas inter-relações, ironicamente gerado no pensamento biológico e restaurado pelo mesmo atualmente, oscilando entre a ideologia perdida e a tentativa de nova ideologização (desta vez no seio da Educação Ambiental). Restabelecer o indivíduo dentro da história é dar vida às pessoas de carne e osso, bem como a seus sentimentos expressos em atitudes e comportamentos, que muitas vezes não são, apenas, frutos de conflitos materiais, envolvendo outras questões.

A relação que os homens estabelecem entre si se dá através de um modo específico de interdependência. Há uma margem individual de ação desses indivíduos dentro desta relação. Norbert Elias não desconsidera as relações de poder que estão inseridas nesse processo, entretanto, entende o poder como “a extensão especial designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas” (ELIAS, 1994, p. 50).

A ação individual se dá em relação às outras pessoas, surgindo aí uma modificação da natureza da pessoa que age com a sociedade e, conseqüentemente, com a natureza não humana. Essa relação não é passiva, e, em contrapartida, o indivíduo que é moldado também molda: “os antagonistas são filhos da mesma época” (ELIAS, 1994, p.50), ou seja, a autorregulação dos ‘de fora’ estabelece limites à autorregulação ‘de dentro’. Indivíduo e sociedade são funções inseparáveis no convívio, entretanto, a partir do Renascimento, criou-se a ideia de sujeito e objeto, “interno” ao indivíduo e “externo”, respectivamente, como duas coisas separadas. O indivíduo só existe em comum com os outros homens, só existe um ‘eu’ porque existe um ‘nós’.

Estabelecem-se configurações móveis, tanto interna quanto

externamente, a um determinado grupo. Estão sempre em fluxo, em processo vivencial, as transformações decorrentes, algumas rápidas e efêmeras, outras de longo curso, mais duradouras definem a balança de poder entre pessoas e grupos. (GEBARA, In: BRUHNS, 2002, p. 35).

O comportamento ambiental, portanto, é o comportamento que os homens estabelecem entre eles mesmos, determinando formas sociais de regulação dos de “fora” com formas de regulação dos “de dentro”. A modificação de natureza da pessoa, que surge dessa relação recíproca de influência, se estabelece também em relação à natureza não humana, ao meio ambiente, cuja concepção de valor e determinação de designações descritivas para defini-lo é resultado desse jogo social, como pode ser verificado a seguir:

... Apenas mediante uma alteração na estrutura das relações interpessoais, uma estruturação diferente das individualidades, seria possível estabelecer uma harmonia melhor entre as pressões e exigências sociais de um lado, e as necessidades individuais, o desejo de justificação, sentido e realização das pessoas, de outro. Só então a consciência que temos de que tudo o que somos e em que nos transformamos se dá em relação aos outros poderia passar de um mero discernimento teórico para uma norma de ação e comportamento. (...) A sociedade, com sua regularidade, não é nada externo aos indivíduos; tampouco é simplesmente um “objeto” “oposto” ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz “nós”... (ELIAS, 1994, p. 50).

O comportamento ambiental como forma de comportamento social entre os homens se deu ao longo da história das sociedades humanas em meio a conflitos, harmonizações e manejos ambientais nem sempre condizentes com as respostas técnicas, entretanto, fazendo parte de seu tempo/espço e de suas condições materiais possíveis. A natureza, neste sentido, enquanto meio de vida necessário à espécie humana, é o campo das estruturas das relações interpessoais, é onde se exerce a concretização prática de tais relações, cuja estruturação de individualidades pode servir para evidenciar ou harmonizar pressões, exigências sociais, necessidades individuais, justificação, sentido e realizações das pessoas. Harmonização não significa ausência de luta, pois a natureza, tanto humana quanto não humana, acontece em um jogo de disputas sociais entre os indivíduos, em processos sociologizantes e psicologizantes. Tal disputa é a oportunidade social disponibilizada para a autorregulação e para influenciar o destino de outras pessoas: o poder. Devemos buscar o entendimento entre o comportamento ambiental e a natureza não pela diferença, mas pelo que há de comum entre eles, até porque seria muito difícil separar comportamento ambiental e natureza, uma vez que tal comportamento é natureza também. Esse entendimento pode nos ajudar a ver que o que procuramos é uma explicação da relação entre os indivíduos, em

toda a espécie humana, pois a natureza não humana é uma só, sem a diferenciação entre objeto e sujeito. O comportamento ambiental possui graus diferenciados de costumes e habitus adquiridos ao longo da história dos indivíduos, em suas teias “particulares” e coletivas (micro e macro). Particularmente, na história ocidental, esses “padrões” de comportamentos foram passados para as outras gerações, é o que veremos a seguir:

... O aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração... (ELIAS, 1994, p. 68).

Os termos ambientais, cunhados ou já existentes, ao longo da história humana, não desaparecerão tão repentinamente; eles foram impulsionados pelas consequências da Revolução Industrial e todas as suas implicações, positivas e negativas. No século XVIII, por exemplo, segundo McCormick (1992, p.23), o termo “equilíbrio da natureza” significava um sistema de controles que garantia a continuidade da natureza, ao passo que, no século XIX, dava a ideia de um equilíbrio delicado e íntimo, rompido pela interferência humana.

Precisamos entender que a interferência humana move-se, entre outras coisas, por motivações sociais, que se dão em todas as direções e por todos os lados. A linguagem nos revela algumas nuances de ‘concretizações’ psíquicas, em um emaranhado jogo de interdependências individuais.

Não só a linguagem é uma das concretizações da vida social e psíquica, como também seus usos ulteriores respondem muito mais a motivações sociais que a motivações racionais (BLONDEL apud GARRIGOU & LACROIX, 2001, p. 41).

Os termos ambientais (novos e/ou velhos) podem ser interpretados como graus de diferenciações de comportamentos ambientais, de longa duração, que realmente afetaram e afetam o comportamento no Ocidente, alastrando-se, graças à tecnologia, para o mundo Oriental também. Não seria possível “mapear” todos esses graus de comportamentos, porém acreditamos que ao analisarmos diversas condutas historicamente estabelecidas em diversas formações sociais, seja possível retirarmos exemplos deles. Um exemplo pode ser inferido na formação da sociedade de corte na França. Norbert Elias demonstrou que os termos e expressões usados na corte eram parte de hábitos adotados e costumes incorporados, assim, foram bons para a nobreza e para as camadas inferiores que os adotaram, modificando comportamentos e civilizando impulsos no apaziguamento da sociedade.

Os discursos ambientais contemporâneos carregam padrões culturais ocidentais dos quais dificilmente sairemos por decreto, pois estamos embebidos de significados

compartilhados em processos de interdependência de redes individuais, seja aprendendo-os, seja vivenciando-os culturalmente. Muitas atitudes ambientais espontâneas partem de demandas legítimas e de mobilização por carregarem motivações sociais compartilhadas, uma vez que instrumentos de análise científica são agregados como discurso sem, necessariamente, serem dominados em todo o seu conteúdo. Assim, por exemplo, entre muitas falas, passam a ser comum os termos: “meio ambiente”, “fauna”, “flora”, “preservar”, “conservar”, etc., aplicados indistintamente e sem o devido grau de consciência histórica de sua formação e transformação de significados ao longo do tempo.

Acerca do comportamento ambiental, ainda, gostaríamos de frisar que ele se dá em um jogo social, evidentemente, pois se trata de comportamento social, como afirmamos até aqui. Ao que nos parece, e os fatos em Nova Orleans (furacão Katrina, agosto de 2005, EUA) nos demonstram empiricamente, esse comportamento não sofre de contradições, apesar de aparentes, ou seja, os indivíduos controlam as suas ações e sentimentos em relação a outros indivíduos, podendo ser civilizados ou “incivilizados”, quer dizer, a barbárie também produz formas de se comportar que se espera dos indivíduos por circunstâncias de sobrevivência, mais do que caçador, o homem também se torna caça.

A falta de presença do Estado como mediador das relações sociais e detentor do monopólio da violência, processo largamente analisado por Elias ao longo da sua obra-prima “*Processo Civilizador* (ELIAS, 1994)” é contundente, enquanto exemplo, em relação aos acontecimentos verificados nos EUA. Quer dizer, a força da natureza, que poderia apenas ser detectada, porém não evitada, foi fator de desencadeamento do que chamaríamos de um “teste de civilização” (uma evidência empírica), ou seja, os homens foram convidados a ocupar o seu lugar na cadeia da vida. Poderiam agir solidariamente com outros seres vivos (ajuda mútua por, no mínimo, necessidade de sobrevivência) ou disputar espaço de sobrevivência aliado a disputas de bens materiais, entendidos estes como gêneros de primeira necessidade, sejam alimentos, ou gêneros de fetiche das sociedades capitalistas. Neste momento, o comportamento ambiental apresenta duas faces, dois modelos de estrutura (social/psíquica - ?) que determinam a natureza humana: um de caráter animal e outro de caráter “animalesco”. Explicamos: como caráter animal entendemos as necessidades que fazem com que nós, seres humanos, sejamos obrigados a nos abastecer com água e alimentação; passamos, assim, a agir enquanto grupo que deve se defender de outros grupos humanos, incorporando o nosso lado “animalesco”, de sobrevivência. Esse agir, portanto, tem características bárbaras, sejam relacionadas a juízos de valores que estabelecemos ou não, porém natural, fazendo parte de nossa natureza. O que pode diferenciar a barbárie de uma atitude civilizada, por exemplo, nestes momentos, é a nobreza da atitude para o fim que se deseja atingir

(o lado “bom” de Maquiavel ou necessário?). Neste sentido, e nessas circunstâncias, defender-se e defender o grupo de que se faz parte, a fim de se alimentar e sobreviver, se torna uma atitude civilizada (diante do grupo e da necessidade), cuja lógica violenta, de qualquer maneira, parece contraditória. Porém, atacar com o único objetivo de satisfazer um fetiche (um par de tênis, um eletrônico, etc.), nos parece que se torna uma atitude “incivilizada”. Concluimos, portanto, que o grau de civilização é medido pelo valor das atitudes atribuído para aquilo que se estabelece enquanto construção do viver em sociedades e grupos humanos. A economia psíquica das relações humanas é um dos fatores determinantes do grau de civilização para aquilo a que quer os valores construídos no viver da interdependência em sociedades ou grupos. De uma maneira ou de outra, não se perde o comportamento ambiental enquanto comportamento social na construção das relações de atitudes entre os homens. Talvez, e digamos apenas talvez, o comportamento ambiental seja uma construção de um *ethos* novo, entretanto, nunca irá perder o aspecto animal do ser, pois se trata de uma realidade biológica convivendo com uma realidade social, de “novo”, portanto, pode ser só um nome.

Essa “nova forma” de ler o mundo (*ethos*) - que tanto pregam os novos movimentos sociais (NMS), tais como organizações não governamentais (ONGs) ecológicas e tudo o que carrega a representação desses termos (meio ambiente, ecologia, ecopolítica, enfim, questões ambientais) – é o desejo de mudança, não se constituindo, em hipótese alguma, uma mudança de fato, não a curto prazo como imaginam, pois se desconsidera a raça humana em suas construções mentais de ideal de civilização, ou, pelo contrário, por um excesso de idealismo de valores humanos que se esquecem de que a história é de longa duração em suas transmissões culturais e biológicas. O que nos dá segurança de afirmar isso é o fato que Nova Orleans e quaisquer outros exemplos históricos de deslocamentos humanos e luta pela sobrevivência são aspectos naturais da espécie, gostemos ou não disso. A cooperação ou a disputa, nessas circunstâncias, revela um comportamento ambiental *primário*, no sentido de termos de pegar um pedaço de pau e garantir nossa sobrevivência e de nosso grupo. Um comportamento ambiental, digamos, *secundário*, é o estágio em que o monopólio da violência é controlado pelo Estado ou pelo grupo de pessoas que se encontra nesta condição, defendendo o que se dá o nome de civilização ou aquilo que o grupo imagina ou deseja que fosse. Foi isso o que se deu com a passagem no mundo medieval, quando os guerreiros ocuparam o seu lugar dentro do Estado, ajudando a formá-lo. Este pronto, estendeu-se enquanto ideal de civilização para o mundo ocidental. O que assistimos no episódio dos EUA, portanto, foi um lapso momentâneo da presença do Estado enquanto garantidor do monopólio da violência e, concomitantemente, o comportamento ambiental primário em ação. O problema, entretanto, é que esses lapsos estão ficando cada vez mais comuns, o que nos coloca entre a civilização e a barbárie. Elias estava certo? Será que somos os últimos bárbaros?

Por fim, gostaríamos de frisar que este texto é um ensaio para discutirmos alguns conceitos absorvidos na obra de Norbert Elias e que, portanto, acreditamos que seja mais adequado pensarmos com Elias a afirmarmos categoricamente isto ou aquilo, necessitando, portanto, de investigações práticas, aliando trabalho teórico e comprovação empírica, historicamente nos apresentada.

Referências

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 2v. Volume I: Uma história dos costumes.

_____. Envolvimento e Distanciamento. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. Norbert Elias: A Política e a História. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GEBARA, Ademir; Norbert Elias e a Teoria do Processo Civilizador – Contribuição para Análise e a Pesquisa no Campo do Lazer. In: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). Temas Sobre o Lazer. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

McCORMICK, John. Rumo ao Paraíso: a história do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.